



SAUDAÇÃO À LUTA DOS PROFESSORES

16 de Novembro de 2017

A FRENTE COMUM SAÚDA A LUTA DOS PROFESSORES

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública saúda a luta dos professores, convocada pela FENPROF, que culminou com uma grandiosa manifestação em Lisboa no passado dia 15 de Novembro.

A Frente Comum solidariza-se com as reivindicações dos docentes, e sublinha que o Governo quer apagar tempo de serviço, no âmbito do descongelamento das carreiras, considerando todos os anos de serviço convertidos em pontos mas relativamente à carreira docente pretende apagar esse tempo de serviço que foi cumprido, ainda que as progressões, nesse período, estivessem bloqueadas.

Apesar de em 12 de outubro, em reunião no Ministério das Finanças com a Frente Comum, a Secretária de Estado do Emprego e da Administração Pública, para além de confirmar a intenção de não contar o tempo de serviço congelado (30 de agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2007 e 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017), confessou desconhecer aspetos específicos da carreira docente, designadamente o pretendido com o artigo 36.º da proposta de lei do Orçamento, que não é claro mas poderá destinar-se a aumentar, ainda mais, a permanência dos professores nos escalões em que se encontram, prolongando, na prática, o congelamento, apesar de terminar para as restantes carreiras.

Ainda em 12 de outubro, a Secretária de Estado garantiu que o já citado artigo 36.º da proposta de lei orçamental seria retirado e que a negociação específica da carreira docente passaria para o Ministério da Educação, onde as Finanças se fariam representar. Professores são o grupo profissional mais penalizado

A não contagem dos anos de congelamento e a não recuperação de todo o tempo de serviço,

designadamente o que, em excesso, foi cumprido nos escalões da carreira por imposição de regimes transitórios ou por força da retenção no 1.º escalão dos docentes que ingressaram na carreira após 2009.

Os professores e educadores são mesmo dos grupos profissionais mais penalizados, perdendo, mensalmente, centenas de euros.

Tal como os restantes trabalhadores da Administração Pública, os professores não têm qualquer revisão (atualização) salarial desde 2009, alguns trabalhadores desde 2005. Acresce que entre 2011 e 2016 tiveram os seus salários reduzidos. Há 7 anos que as progressões na carreira estão congeladas e apesar de a permanência em cada escalão, por norma, ser de 4 anos, os professores estão sem progredir entre 7 e 15 anos. Não obstante todos estes “castigos”, o Governo pretende apagar, pelo menos, uma década de serviço cumprido, o que, a não ser alterado, constitui uma inaceitável discriminação em relação a outras carreiras.

Assim, a Frente Comum acompanha as exigências de resolução, ainda em 2017, de todos os problemas de carreira que persistem (fim da retenção no 1.º escalão; acesso aos 5.º e 7.º escalões; reposicionamento por formações acrescidas) e o descongelamento efetivo, e não apenas simbólico, em janeiro de 2018, entre outras.

A Frente Comum continuará a bater-se pelo direito à progressão reposicionamento e pagamento integral dos salários e trabalho extraordinário (nos valores pagos antes dos cortes da Troika) em Janeiro de 2018 e pelo descongelamento do pagamento do trabalho noturno e outros suplementos, bem como pelas atualizações salariais anuais e todas as matérias que constam do seu Caderno Reivindicativo.

Esta proposta do Governo é inaceitável! Não é justa, nem séria!

Esta proposta do Governo merece a nossa rejeição e a nossa mais determinada luta!

A LUTA É O CAMINHO. EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, DA ESCOLA PÚBLICA, DA DIGNIDADE E DIREITOS DOS TRABALHADORES, PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, PELA DEFESA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA.

FCSAP